

**Resenha do livro:**

ORSO, José Paulino (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007. 120 p.

**Resenha por:** Cézár de Alencar Arnaut de Toledo e Marcos Ayres Barboza<sup>i</sup>

**Educação e reforma universitária no Brasil**

A obra é uma coletânea, resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido por quatro pesquisadores da área da educação no Brasil. Nela, entende-se que a educação superior é um espaço de luta que não pode ser ocupado ingenuamente; no interior dela, a prática docente precisa ser voltada para a especificidade do trabalho pedagógico, é dessa forma que a educação, realmente, pode contribuir para a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. As transformações desejadas devem estar apoiadas nos movimentos sociais que lutam pela emancipação do homem.

A atual estrutura universitária, fundamentada no projeto neoliberal de educação para o Brasil, nas últimas décadas do século XX, tem mostrado a frágil e fragmentária habilidade para o desenvolvimento da educação superior no Brasil. As análises contidas nessa obra denunciam a reforma deficitária e improdutiva desse projeto que, ao buscar a melhoria da educação superior, apresenta a sua face mais perversa, a degradação do ensino público superior concomitante com o aumento das desigualdades sociais, levando a uma perspectiva de futuro negativa entre as classes trabalhadoras, que vêem os seus direitos serem submetidos ao poder hegemônico de uma minoria social.

O objetivo da coletânea é desenvolver uma discussão sobre a educação superior na sociedade de classes. Para tanto, está organizada da seguinte maneira: capítulo um, *Os desafios da educação pública na sociedade de classes*, escrito por Dermeval Saviani; capítulo dois, *Compromisso político e competência técnica: vinte anos depois*, escrito por Paulo Nosella; capítulo três e quatro, respectivamente, *A criação da universidade e o projeto burguês de educação no Brasil* e *A reforma universitária dos anos de 1960*, escritos por Paulino José Orso e, por último, o capítulo cinco, *Reforma universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI*, escrito por João dos Reis Silva Júnior.

José Paulino Orso, o organizador da obra, é doutor em história e filosofia da educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor adjunto do curso de pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Cascavel, e Líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná (HISTEDOPR). Co-autor dos livros: *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade* (Ed. Ícone, 2001); *Comuna de Paris: estamos aqui pela humanidade* (Ed. Xamã, 2001) e *Projeto político pedagógico: um compromisso social* (EDUNIOESTE, 1998). Quanto aos demais autores, Dermeval Saviani é professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Paulo Nosella é doutor em filosofia da educação pela PUC-SP, professor titular de filosofia da educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). João dos Reis Silva Júnior é doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Educação e do Programa de

Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É autor de vários livros: *Novas faces da educação superior no Brasil e Reforma do Estado e mudança na produção*, em co-autoria com Valdemar Sguissardi (Bragança Paulista, EDUSF, 1999, 1. ed., e Bragança Paulista e São Paulo, EDUSF e Cortez, 2001, 2. ed); *Trabalho e formação*, em co-autoria com Jorge Luís Camarano Gonzáles (São Paulo, Xamã, 2003); *O institucional, a organização e a cultura da escola*, em co-autoria com Celso Ferretti (São Paulo, Xamã, 2004) e *Pragmatismo e populismo na educação superior no Brasil de FHC e Lula* (São Paulo, 2005).

No capítulo um, *Os desafios da educação pública na sociedade de classes*, resultou da conferência proferida por Saviani na abertura do Seminário *Os desafios da educação pública na sociedade brasileira*, em 31 de outubro de 2003, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em Cascavel. Nele, Saviani pressupõe que a educação é resultado de um movimento histórico e social. Para entendê-la, faz-se necessário compreender o modo de funcionamento da sociedade dualizada; na qual existe uma educação destinada aos proprietários dos meios de produção e, a outra, aos trabalhadores. Essa divisão generalizou-se e fez da educação escolar o principal instrumento de formação e difusão da ideologia e dos valores neoliberais. Com base nessa análise elaborou as seguintes questões: É possível considerar a escola como um instrumento a serviço dos interesses da classe dominada? É possível articular a escola aos interesses dos trabalhadores? Para Saviani, os desafios da educação brasileira encontram-se relacionados com o próprio desenvolvimento da educação nas condições estabelecidas pela sociedade de classes. Sobre ela pesam as instalações precárias de muitas escolas, condições precárias de formação, de trabalho e de salário, inadequação e insuficiência dos currículos, de materiais pedagógicos e de métodos pedagógicos. Saviani considera que os principais desafios da educação no Brasil se limitam a dois grandes problemas: o primeiro se refere ao que ele denomina de “ausência de um sistema de educação” e, o outro, a “descontinuidade” das políticas educacionais. Para enfrentar tais problemas, conclui que é necessário lutar por uma educação de qualidade, que ofereça aos trabalhadores uma formação que lhes permita o acesso aos frutos do saber elaborado.

No capítulo dois, *Compromisso político e competência técnica: vinte anos depois*, resultou da palestra proferida por Paolo Nosella na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, na cidade de Cascavel, no Seminário *Os desafios da educação pública na sociedade brasileira*, realizado em 31 de outubro de 2003. Nosella discute o papel da especificidade do trabalho pedagógico do professor no atual contexto histórico e social. Nos anos 1980, o pensamento pedagógico se esforçou para incentivar os professores a assumirem a luta e a defesa da formação escolar das classes trabalhadoras. Muitos educadores, fundamentados na teoria de Gramsci, assumiram tal responsabilidade por meio de uma ação pedagógica forjada pela competência técnica em defesa de uma formação compromissada em ensinar uma leitura crítica do mundo. Nosella, vinte anos depois da publicação do artigo **O compromisso político como horizonte da competência técnica**, na revista *Educação e Sociedade*, n. 14, em 1983, faz as seguintes questões: De que compromisso político e de que competência técnica estamos falando? Como poderá o educador exercer o seu engajamento político e a sua competência técnica? Para ele, torna-se necessário desenvolver o que denominou de “pedagogia da dúvida”. Afirma que “a atual tarefa política prioritária do intelectual e do educador é recolocar perguntas, voltar a valorizar as dúvidas” (p. 32). Nosella afirma a necessidade de se reler Gramsci no atual contexto como uma maneira indispensável ao professor para que este compreenda o seu compromisso político, como educador e como intelectual. Entende que o compromisso político do professor se encontra “na forma e no conteúdo do próprio ato pedagógico” (p.

37). Ele também questiona: “Quais as características do ato pedagógico de um professor comprometido politicamente nesta sociedade do século XXI?” (p. 41). Para ele, a competência técnica pedagógica do professor não está em sua militância em um determinado partido político, mas, avalia que ela se encontra em sua ação pedagógica, ou seja, na relação entre ensino e aprendizagem em sala de aula.

No capítulo três, *A criação da universidade e o projeto burguês de educação no Brasil*, Paulino José Orso afirma que para se discutir o projeto de Reforma Universitária proposto pelo Governo Lula, é necessário analisar, historicamente, o projeto de criação da universidade brasileira. Esse debate foi iniciado no período colonial e ganhou maior força com a proclamação da República. De 1870 até a Primeira Guerra Mundial caracterizou-se como o período da “ilustração brasileira”; nesse período, o projeto de universidade ganhou um papel importante: desenvolver o brasileiro aos níveis mais avançados de conhecimento. Foi com esse ânimo que, em 25 de janeiro de 1934, pelo decreto 6.283, do Governo Estadual, fundou-se a Universidade de São Paulo, com a incorporação de faculdades e institutos isolados de ensino, pesquisa e extensão. Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a USP se tornou o modelo seguido a partir de então. As tentativas anteriores de criação de universidades no Brasil não tiveram sucesso. Existiam sim, cursos superiores oferecidos em algumas faculdades. A criação da USP representou a efetivação de uma idéia tardia no Brasil.

No capítulo quarto, *A reforma universitária dos anos de 1960*, organizado com base na tese de doutorado intitulada: **Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira**, defendida em 2003, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Orso discute o distanciamento do projeto de educação universitária original para o Brasil. Para ele, as razões foram de ordem social, econômica, política e cultural, ocorridas a partir dos anos de 1950. Entre o que se idealizou e o que se efetivou na prática, existiu um grande abismo: as contradições de uma sociedade dualizada. A reestruturação da Universidade de São Paulo em 1968, tendo como relator Roque Spencer Maciel de Barros, teve um caráter profissionalizante. Na ocasião, a universidade foi organizada em institutos, centros e departamentos, que deveriam realizar mínimos serviços burocráticos e centrar todos os seus esforços no ensino e na pesquisa. A reestruturação também buscou silenciar as exigências dos movimentos estudantis pela eliminação dos espaços de integração e discussão. A reforma ganhou novos rumos, especialmente pelos subsídios de seminários e fóruns desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, criado em 1962, que contava com assessoria da Escola Superior de Guerra – ESG, a qual oferecia estudos oriundos do *Plano Acton*, da Comissão Meira Matos e dos Acordos entre o Ministério da Educação – MEC e a *United States Agency for International Development – USAID*, que defendiam a adoção de uma estrutura empresarial para a universidade, de acordo com os princípios da Teoria Geral da Administração de Empresas (Taylor-Fayol). Orso considera que a reforma trouxe alguns avanços, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o regime de trabalho de dedicação exclusiva, a participação estudantil nos órgãos colegiados, a colocação da carreira de magistério no âmbito da legislação trabalhista, entre outras. No entanto, a proposta não trouxe solução dos problemas educacionais da sociedade brasileira, nem contribuiu para resolver os conflitos sociais: a desigualdade e a pobreza.

No capítulo cinco, *Reforma universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI*, João dos Reis Silva Júnior discute as transformações das esferas pública e privada no âmbito do ensino superior brasileiro e suas conseqüências para, assim, desenvolver uma discussão sobre as alternativas de gestão da

educação universitária mais voltada a todos os segmentos sociais. Para ele, o governo Lula assumiu um complexo jurídico-institucional que se consolidou no decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso, em que se destacam a reforma do Estado e da educação brasileira. A expansão do ensino médio em todo o território nacional implicou no potencial aumento da demanda reprimida ao ensino superior. A contradição é expressa em “uma baixa oferta de vagas no ensino superior público, acrescido da ociosidade de vagas de 37,5% no setor privado e 5% de ociosidade na esfera pública” (p. 91). Esse contexto apresenta um quadro histórico e estrutural da distribuição e da concentração de renda no Brasil, que está relacionada com as políticas econômicas adotadas pelos governos de FHC e Lula. Em razão das altas taxas de juros praticadas no país, a maior entre as economias emergentes, igualmente com a modernização tecnológica das indústrias nacionais estimuladas pela economia internacional, iniciada nos anos de 1980, provocou-se uma crise com redução dos postos de trabalho, o que contribuiu para uma queda do consumo em geral. Desse modo, afirma que a reforma universitária encontra-se subordinada à economia por mediação das políticas de ciência, tecnologia e inovação tecnológica, pela atualização da teoria do capital humano.

A presente obra é um valioso estudo para os estudantes da área de ciências humanas, especialmente aos acadêmicos da área de pedagogia. Os profissionais da área de educação devem compreender as intrínsecas e conflituosas relações entre educação e sociedade, para que possam estar preparados, para a formulação de suas propostas curriculares e pedagógicas, já que esses projetos possuem um papel fundamental na transformação da sociedade. A escola precisa lutar pela manutenção da especificidade de seu trabalho pedagógico, além disso, deve ser um espaço de conscientização e de luta contra as desigualdades sociais.

---

<sup>i</sup> César de Alencar Arnaut de Toledo - Universidade Estadual de Maringá-UEM - caatoledo@uem.br  
Marcos Ayres Barboza - Mestre em Educação – UEM - [ayresbarbosa@hotmail.com](mailto:ayresbarbosa@hotmail.com)